

NOTÍCIAS CNTV



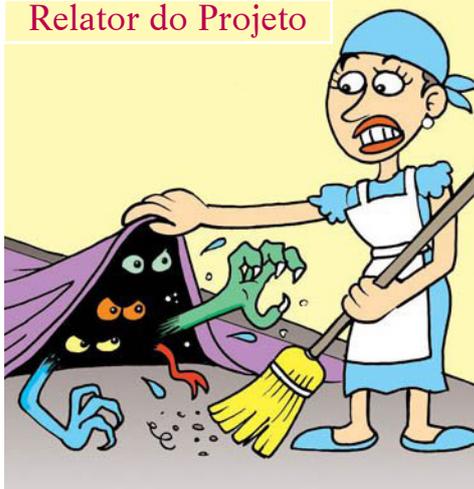
Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 15/05/2015 - Edição 1272

CNTV PEDE VETO DE PARAGRAFO DA LEI DAS DOMÉSTICAS QUE TIRA DIREITO DOS VIGILANTES

PL que regulamenta o PEC das domésticas tem parágrafo que se estende a área de vigilância e retira direito a feriado e horário de refeição

Relator do Projeto



Na última quinta-feira (14), a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) elaborou um parecer jurídico que analisa o Projeto de Lei que regulamenta a PEC dos Trabalhadores Domésticos e inclui a categoria dos Vigilantes.

O Projeto de Lei que regulamenta a PEC foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. O próximo passo para que as mudanças passem a valer é a apreciação da presidência da república, que pode sancionar ou vetar o PL.

“Incluir a categoria dos

vigilantes nesse texto dessa forma sorrateira é uma imensa falta de honestidade da parte do relator, tendo em vista que não houve nenhum debate à respeito dessas mudanças”, explica o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

De acordo com o material produzido pela CNTV, o Projeto de Lei possui algumas irregularidades, dentre as quais pode-se destacar a possibilidade do trabalhador perder o direito ao feriado e a permissão para que os empregadores deixem de conceder horário de refeição e descanso para os trabalhadores que prestam serviço na escala de 12 horas de trabalho para cada 36 horas de descanso, podendo ser remunerados posteriormente por esse período. A grande irregularidade, porém é a inclusão dos trabalhadores enquadrados na Lei nº 7.102/1983, ou seja, os vigilantes.

“É absurdo que exista a possibilidade do trabalhador vigilante abrir mão do horário de descanso durante seu turno de trabalho, tendo em vista

que esse profissionais realizam escalas muito longas e podem ficar ainda mais vulneráveis a acidentes de trabalho, levando em consideração que o descanso é fundamental para a saúde e as condições de trabalho dessa categoria”, explica José Boaventura.

Segundo o presidente da CNTV, a Confederação está se mobilizando contra a sanção deste artigo presente no Projeto, no corpo a corpo com os senadores e na conscientização e mobilização da categoria para alcançar o veto presidencial.

“Queremos que Dilma sancione o Projeto, mas vete o contrabando de Mabel (relator do projeto). Pedimos também aos Sindicatos, Federações e a cada Vigilante que envie mensagens para a Presidente, Deputados e Senadores pedindo o Veto”, afirma José Boaventura.

Fonte: CNTV

CUT apresenta proposta para regulamentação da terceirização no Senado



audiência pública realizada no Senado Federal nesta quinta-feira (14).

Uma proposta para efetiva regulamentação da terceirização foi apresentada pela CUT e outras entidades na audiência pública realizada no Senado Federal nesta quinta-feira (14). A proposta deve servir de subsídio para um projeto de lei que será apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) no Senado. A audiência foi organizada para debater o quadro atual da terceirização do País, que contou com a participação de trabalhadores de vários estados brasileiros e de diversos seguimentos de trabalho.

“Nós deixamos a nossa proposta, que na verdade é totalmente ao contrário do que o PL 4330 apresenta. Nós queremos sim regulamentar a situação dos 12,7 milhões de terceirizados que já sofrem com a precarização em seus trabalhos, mas se o PL 4330 for aprovado, do jeito que está, este quadro só piorará, com mais precarização também dos demais 40 milhões de trabalhadores contratados diretamente”, alerta o presidente da CUT, Wagner Freitas.

A proposta das entidades limita as terceirizações, busca garantir

condições adequadas de trabalho aos terceirizados de modo que tenham tratamento similar aos trabalhadores contratados diretamente, procura dar segurança contra os costumeiros calotes dados pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados, além de impedir a pulverização da organização sindical.

O senador Paulo Paim se comprometeu a conhecer a proposta apresentada pela CUT, Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e por outras entidades do mundo do trabalho, que compõem o Fórum em defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados pela terceirização. “Reafirmo o meu compromisso com vocês, que vou lutar para que aqui no Senado não seja somente barrado e arquivado o PL 4330, (agora chamado de PLC 30), mas que saia daqui realmente um novo projeto que resolva a situação de todos os trabalhadores”, afirmou.

O Fórum é composto por várias entidades, como CUT, outras centrais, OAB, de advogados trabalhistas, procuradores do Trabalho, pesquisadores da UnB e outras, que lutam contra o PL 4330 (rebatizado

no Senado de PLC 30), que libera a subcontratação em todas as atividades (meio e fim), generalizando a precarização do trabalho. As entidades se fizeram presentes na audiência em apoio aos trabalhadores, onde também foram apresentados dados que provam como a subcontratação é prejudicial aos trabalhadores em todos os sentidos (salários, jornada, rotatividade, acidentes, mortes, adoecimento, desrespeito a acordos etc).

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) comentou já ter visto vários destes dados sobre os males que esse PL 4330 apresenta ao trabalhador. “Desde o início eu já estava mais do que convencida que este projeto só atende aos empresários e a todos que quem ganhar à custa dos trabalhadores. Por isso eu sou contra o projeto da escravidão, e mesmo que o meu partido vote a favor, o que não fez até o momento, eu vou brigar e vou votar contra até o fim!”, afirmou.

A senadora destacou que o fato do PL 4330 ter sido aprovado na Câmara dos Deputados só prova o quanto a o movimento sindical tem perdido o seu espaço para os conservadores e para a bancada empresarial. “Eu vejo que esse Congresso só piorou e o trabalhador está cada vez mais prejudicado”, avaliou.

Para a secretária de Relações do Trabalho, Graça Costa, a audiência já um grande passo para alcançar o nosso objetivo, porque vieram trabalhadores CUTistas de vários estados do País, para cobrar os seus direitos cara a cara dos senadores. “Isso só prova que estamos atentos à luta. Não vai ser fácil, nunca foi fácil, mas vamos conseguir”, ressaltou.

Fonte: CUT Brasília

Terceirização pode prejudicar pessoas com deficiência, alertam especialistas



Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que regulamenta o trabalho terceirizado em todas as atividades das empresas, inclusive a atividade-fim, poderá prejudicar o acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, segundo defensores dos direitos desse grupo da população. O PL já foi aprovado na Câmara e ainda depende de apreciação do Senado.

A procuradora do Trabalho no Rio de Janeiro, Lisyane Motta, alerta que o cumprimento das cotas para pessoas com deficiência, atualmente exigidas nas contratações feitas por empresas com mais de 100 trabalhadores, poderá não ser cumprida com a nova lei. Lisyane lembra que a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP) conseguiu incluir na última hora emenda ao projeto final que obriga a aplicação das cotas, mas teme que ela acabe não sendo acatada.

“Será computados para efeito de cotas o número total dos empregados, mas quem será a contratante, quem será o responsável pelos encargos, como será feita essa contagem? Então ainda há um panorama de bastante preocupação nessa área”, disse a especialista que é coordenadora

nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do MPT (Coördigualdade).

A Lei de Cotas (Lei 8.213/1991) determina que toda empresa com 100 ou mais empregados reserve de 2% a 5%, dependendo do total de funcionários, das vagas para pessoas com deficiência. Com a possibilidade de terceirização de todas as atividades, incluído as finalísticas, as companhias podem não alcançar esse número mínimo de trabalhadores e, dessa forma, não terão obrigação de contratar o percentual definido por lei.

A Superintendente do Instituto Brasileiro da Pessoa com Deficiência (IBDD), Teresa Costa D’Amaral, concorda que a nova lei, se aprovada, poderá piorar ainda mais o quadro de contratações de pessoas com deficiência que já é ruim no país. “A Lei de Cotas tem mais de 20 anos e até hoje não é devidamente cumprida. A grande maioria das empresas não cumpre a cota, algumas nem sabem que a cota é uma obrigação”, disse.

“Caso aprovado o projeto de lei, se contratante puder usar

os funcionários das empresas terceirizadas para cumprir sua cota, o número de pessoas com deficiência incluídas pela lei será menor ainda. Hoje uma empresa privada não pode cumprir sua cota com terceirização e a terceirizada também deve cumprir a cota. Matematicamente teremos um prejuízo”, acrescentou ao enfatizar que o principal problema para o cumprimento da lei é a fiscalização ineficaz.

A procuradora Lisyane defende o veto total por parte do Senado ao PL, que, segundo ela, retira responsabilidades e gera discriminação. “Haverá os trabalhadores de primeira e de segunda classe, que são aqueles da contratante e os das terceirizadas, os com o vínculo efetivo e os com o vínculo precário. Nós, do Ministério Público, magistratura, pessoal da área trabalhista achamos que o projeto representa um retrocesso. Em um cenário em que a situação estará tão precarizada, é difícil visualizar o cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência”, avaliou.

Fonte: Agência Brasil

BB tem lucro recorde de R\$5,8 bi no trimestre, mas reduz 560 postos de trabalho

O Banco do Brasil apresentou lucro líquido de R\$5,8 bilhões no primeiro trimestre de 2015, recorde para o período, conforme balanço divulgado nesta quinta-feira (14). O resultado significou um crescimento de 117,3% em relação ao mesmo período de 2014.

Segundo análise feita pelo Dieese, excluindo-se os efeitos extraordinários relativos à receita gerada pelo acordo de associação celebrado entre o BB Elo Cartões e a Cielo no ramo de meios eletrônicos de pagamento, o lucro líquido ajustado do banco foi de R\$ 3,0 bilhões, com acréscimo de 24,2% em doze meses. O retorno sobre o Patrimônio Líquido ajustado (ROE) foi de 14,5%, com alta de 0,5 pontos percentuais, porém, com o efeito da receita do acordo, a rentabilidade sobe para 29,3%.

Mesmo com o excelente desempenho o BB e com a abertura de 70 novas agências, o banco, além de não contratar ainda teve seu quadro reduzido em 560 postos de trabalho nos últimos doze meses.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, o crescente lucro dos bancos e, especialmente do BB, atesta que há condições de atender as reivindicações da categoria: “O resultado apresentado pelo BB mostra que é possível pagar mais, contratar novos funcionários e melhorar substancialmente as condições de trabalho dos bancários, que muito contribuíram para que esse lucro acontecesse.”, destaca.

Ampliação do crédito

A carteira de crédito ampliada cresceu 11,1% em 12 meses, atingindo um montante de R\$ 776,9 bilhões (alta de 2,1% no trimestre). As operações com pessoa física, no país, cresceram 7,1% em relação a março de 2014, chegando a R\$ 182 bilhões, o que representa 23,4% do total das operações de crédito.

Já as operações com pessoa jurídicas no país alcançaram R\$ 359 bilhões, com elevação de 11,% em comparação ao 1º trimestre de 2014, totalizando 46,2% do total do crédito. O crédito voltado para o agronegócio, que representa praticamente 21% da carteira, cresceu 9% em 12 meses, correspondendo atualmente a 60,5% de participação no mercado.

Apesar da inadimplência baixa, PDD disparou

O índice de inadimplência superior a 90 dias ficou praticamente estável com crescimento de 0,08 ponto percentual em doze meses, ficando em 2,05% em março de 2015.

Apesar da baixíssima inadimplência e da carteira de crédito não ter crescido muito, o banco elevou suas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD) em 35%, em 12 meses, bem acima do crescimento do volume da carteira, totalizando R\$5,9 bilhões.

Impacto do aumento da taxa Selic

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários foi diretamente influenciado pelos sucessivos aumentos na taxa Selic, com crescimento de 92,3%, atingindo R\$ 17,0 bilhões.

Receitas de tarifas x despesas de pessoal

As receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceram 9,9% em 12 meses, enquanto as despesas de pessoal subiram 11%. Com isso, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 105,9% em março de 2015.

FONTE: Contraf

Fala CNTV

Essas informações servem de alerta para todos os trabalhadores bancários e vigilantes. Depois da divulgação dos lucros do Banco do Brasil, ficou ainda mais claro que os argumentos da empresa, que se dizia sem verba para investir em segurança, não passam de desculpas para não atender às reivindicações da classe trabalhadora.

A instalação de mais portas giratórias, biombos e outros artigos de segurança são fundamentais para garantir, principalmente, a vida e a saúde dos trabalhadores, mas o pensamento patronal contabiliza lucros e deixa de fora esse tipo de investimento.

A Confederação Nacional dos Vigilantes estará acompanhando de perto as negociações, a fim de garantir que o banco pare de justificar a falta de investimentos e melhore a segurança, pauta que tanto afeta a vida de trabalhadores bancários, vigilantes e clientes.

Vigilantes do Chile permanecem mobilizados e recebem apoio da Uni



Vigilantes chilenos continuam em greve por tempo indeterminado

Os vigilantes chilenos que prestam serviços para as empresas Prosegur e Brinks continuam em greve pelo 9º dia consecutivo e receberam uma nota de apoio da Uni Global Union nessa sexta-feira (15).

Estima-se que aproximadamente 60% dos funcionários das empresas tenham aderido ao estado de greve, que teve início no último dia 8, quando centenas de funcionários decidiram cruzar os braços por melhorias nas condições de trabalho e salários, após fracasso nas negociações coletivas.

Segue abaixo, a tradução de um trecho da mensagem de apoio aos vigilantes chilenos.

“Recebam nossa mais profunda solidariedade e apoio contra as empresas que se negam a negociar com vocês salários e condições justas. A UNI crê no diálogo, no consenso e sabe que sabemos que vocês também acreditam (...) Esta madrugada despertamos com a notícia de que à repressão da qual vocês vem sendo objeto nos últimos dias, foi somada a prisão do companheiro Manuel Aníñir. A UNI, em nome dos filiados de todo o mundo, condena profundamente a repressão e a detenção do companheiro”.

Mande você também a sua mensagem de apoio aos vigilantes do Chile. Basta enviar um e-mail para: cristianaguilera.z@gmail.com / hugomunozperez@yahoo.es

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Responsável: Marina Maria Silva Santos
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF